

CVM
CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

**OPOSIÇÕES SINDICAIS:
ATUAIS
E NECESSÁRIAS**

Caderno de Textos 03
2020

**Greve dos Correios deixa claro:
as Oposições Sindicais são atuais e
necessárias**

No dia 21 de setembro terminou uma das mais longas greves neste ano de 2020. O processo da luta colocou questões de interesse para o conjunto das classes trabalhadoras no Brasil. Duas avultam em importância: o sentido histórico desta luta e as exigências de organização postas para o futuro imediato.

O balanço da greve nacional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo (ECT) feito pela [Intersindical, Instrumento de luta e Organização da Classe trabalhadora](#), aponta o dedo na direção certa: a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) pelo fim dos direitos garantidos pelos servidores dos Correios em mais de 30 anos de luta deixa claro que a Justiça está a serviço da exploração patronal e “se aproveita da tragédia da pandemia para exterminar empregos, salários e direitos”.

Apesar de não considerar a greve “abusiva”, uma vez que a supressão desses direitos estabelecidos em convenção coletiva para o período de 2020-2021 decorreu da ação unilateral e violenta da direção da ECT, a decisão do tribunal

humilha os trabalhadores ao consagrar a posição da empresa com o desconto de metade dos 35 dias parados e a compensação da outra parte em jornadas de trabalho adicionais. Contudo, como assinala a nota da Intersindical, muito mais grave é a supressão das conquistas históricas da categoria, com a eliminação, pela Seção Especial em Dissídios Coletivos do TST, de “50 cláusulas entre elas adicional noturno, tíquete alimentação, licença maternidade de 180 dias, auxílio creche, auxílio para filhos com necessidades especiais, adicional de risco, redução do valor das horas extras, entre outros tantos.”

Temos de entender esta atitude como expressão da uma ofensiva contra o conjunto das classes trabalhadoras. Inicialmente, como alegou o parecer do representante do Ministério Público do Trabalho, a ECT fez uma “limpeza dos direitos dos trabalhadores por uma promessa de privatização” – que é a de sua direção e do governo federal, pois se trata de uma empresa pública. Mas a redução do objeto das campanhas aos direitos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho e o rebaixamento dos salários mediante as terceirizações observadas em outras categorias deixa claro tratar-se de uma ofensiva geral da classe patronal, da burguesia, sobre as classes trabalhadoras. Assim, a retirada de cláusulas tidas como conquistas históricas repercutirá como “jurisprudência” a ser aplicada a outros dissídios julgados pelo TST.

É preciso ter um ponto de vista claro sobre tal “jurisprudência”, sem desculpas ardilosas do tipo

“o que se perdeu se recupera adiante”. As Centrais Sindicais em sua maioria absoluta desconhecaram a derrota imposta pelo TST e sequer agiram no sentido de criar vínculos de solidariedade entre os trabalhadores das diferentes categorias, uma atitude a se esperar por parte delas uma vez que isso justifica a sua própria existência.

Se os servidores dos Correios tiveram de radicalizar, mediante a ocupação dos centros de distribuição postal de Indaiatuba (Estado de São Paulo), em Camaçari (Bahia) e em Brasília, fizeram isso para impor-se e também para demonstrar que não podem curvar-se diante da violência patronal. Aprenderam que a greve é um recurso de força dos explorados. Porém o resultado da greve dos Correios demonstra que não se deve ter ilusão quanto a conquistas consideradas históricas. Vale citar aqui as palavras finais proferidas por Marx nas sessões de 20 e 27 de junho de 1865 do Conselho Geral da Associação Internacional de Trabalhadores, publicadas em seguida como um livro intitulado [Salário, Preço e Lucro](#):

“Ao mesmo tempo, e ainda abstraindo totalmente a escravização geral que o sistema do salariado implica, a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-

se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: "Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!", deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: "Abolição do sistema de trabalho assalariado!"

Com este horizonte em mente para unificar e fortalecer o caráter de classe de sua luta, os trabalhadores ainda terão de enfrentar muitas dificuldades impostas pela estrutura sindical, vigente no país desde os idos de 1931. Data deste ano o atrelamento dos sindicatos ao Estado burguês, sujeitando a criação e o funcionamento das organizações de luta aos ditames de uma legislação que separa categorias por datas-base, limita a amplitude municipal da representação de interesses, impede a participação política e impõe processos burocráticos para encaminhar greves, intervindo legalmente quando os interesses patronais assim consideram necessário.

Muitas diretorias sindicais estão entrincheiradas nestes aparelhos controlados em última instância pela burguesia e jogam areia na moenda da luta; isso obrigou, no caso dos Correios

e de outras categorias de trabalhadores, à organização de Oposições Sindicais. Estas são instrumentos de uma luta mais ampla pelo direito à livre organização dos trabalhadores, essencial para sua independência de classe diante do capital. Trata-se de estudar esta experiência que remonta ao período da ditadura militar, na segunda metade da década de 1970, e que está na origem do movimento atualmente estruturado na Intersindical que defende a organização pela base (comissões de empresa, grupos de trabalhadores nos locais de trabalho) e que aqui colocamos à disposição.

Coletivo do CVM, 24/09/2020.

<http://centrovictormeyer.org.br/>

Oposições sindicais:

atuais

e necessárias

Por Cleodon Silva e Celso Mauro Paciornik (in memoriam)

Publicado em REVISTA POLÊMICA 01. Documento publicado em: julho de 1982. Documento digitalizado em: 15/11/2009. Revisado em 24/09/2020 pelo CVM.

Fonte: Acervo Nixon Malveira. Disponível em CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER. Projeto: Recuperação do acervo da ORM – Política Operária.

MAIO-AGOSTO DE 1978: A sociedade brasileira assiste, espantada ao surgimento de um movimento operário grevista na forma de paralizações locais nas fábricas e a criação de comissões de fábrica. Estas são eleitas em assembleia, organizam a luta e negociam as suas reivindicações em cada empresa. O movimento toma conta de toda a região da Grande São Paulo, principalmente na categoria metalúrgica, mas se estende também, com menor força, a outras categorias e outros Estados.

NOVEMBRO DE 1979: Greve geral da categoria metalúrgica de São Paulo (Capital) sustentada por comandos regionais de greve e por um comando geral formado por representantes das regiões e o sindicato. Esta greve começou a ser firmemente reprimida na véspera de seu início, com prisões de diversos comandos grevistas reunidos nas subsedes sindicais (estas subsedes foram, aliás, conquistadas sob proposta e pressão da oposição sindical contra a vontade da direção pelega do sindicato).

Os comentaristas políticos estão viciados em tratar a história recente do movimento sindical no seu aspecto mais vitorioso, mais retumbante: o do ABC paulista, as assembleias maciças em São Bernardo e suas repercussões. Para estes comentaristas, a história operária já está sendo escrita por duas mãos: pela do sindicalismo oficialista, pelego ou reformista e pela da corrente combativa, "autêntica", centrada no modelo de São Bernardo com outras ramificações no Rio Grande do Sul ou em João Monlevade.

O movimento operário que deslanchou a partir das grandes jornadas de 1977 e 1978, assumiu múltiplas faces e mostrou alguns elementos efetivamente novos em relação à experiência operária anterior a 1964.

Destas experiências, as das oposições sindicais, lado a lado com São Bernardo, merecem destaque particular pelas propostas que defenderam, pela influência que tiveram, pela prática que desenvolveram.

Qualquer militante ou estudioso sério que se proponha a pensar ou atuar no movimento operário e que desconheça a experiência e as propostas das oposições sindicais estará cometendo um grave erro.

O movimento das oposições sindicais nunca teve grande aceitação ou simpatias nos meios políticos e mesmo sindicais oficiais. Sofreu de quase permanente isolamento e repressão e não foi por acaso que esteve quase sempre afastado da complacência e do interesse da grande imprensa.

Na realidade, as oposições eram (e são) muito incômodas porque exercem um ataque cerrado contra a estrutura oficial do sindicalismo brasileiro, defendem a organização dos trabalhadores desde os locais de trabalho, a independência e autonomia dos organismos operários frente ao Estado e aos partidos políticos, não aceitam as regras viciadas do jogo legal e defendem ainda, a democracia operária em todos os níveis de organização. Por tudo isso, as oposições se transformaram em bandeira incômoda as investidas burguesas num processo controlado e cordato de revigoramento das instituições e de controle sobre o movimento operário.

O movimento comandado pela experiência e pelos projetos de São Bernardo, por sua vez, sempre contou com grande respaldo da imprensa e a repressão só se abateu sobre ele quando se esgotaram todos os meios de negociação "legais". Em resumo, a burguesia em certa medida apostou que um sindicalismo naqueles moldes poderia ser

um interlocutor aceitável para um novo momento de reordenação das forças políticas e das instituições.

Não vamos esgotar o tema neste trabalho. Pretendemos isto sim, colocar ao alcance dos leitores, elementos que permitam discutir este fenômeno das oposições sindicais e também, apresentar uma visão crítica de seu passado e de suas possibilidades atuais.

Antes de iniciarmos, porém, é preciso diferenciar que sob o nome de "oposições sindicais" se apresentam dois organismos distintos:

Um deles são as frentes eleitorais que se constituem com forças políticas e operárias, para disputar a eleição em algum sindicato e que assumem a diretoria ou se desfazem após a derrota eleitoral.

O outro são organismos de frente de trabalhadores de existência mais prolongada, que não existem apenas nos momentos eleitorais, mas através de uma prática permanente nas fábricas e nos sindicatos e cujo eixo central não é a tomada de uma determinada diretoria sindical, mas, principalmente, o reforço da luta contra a estrutura sindical atrelada ao Estado e a defesa do sindicalismo livre e democraticamente organizado. Estas "oposições sindicais" é que são o objeto privilegiado deste debate.

Antecedentes

Nos anos que se seguiram ao golpe militar, os

trabalhadores viveram uma das piores fases de sua história. Os sindicatos mais combativos ficaram sob intervenção federal; os núcleos de organização operária e a esquerda foram duramente reprimidos; houve um momento de recessão econômica e de compressão salarial. E, ainda por cima disso tudo, houve a desmoralização e o descrédito que vieram com a derrota do projeto sindical populista defendido pelo janguismo e brizolismo (herdeiros de Getúlio Vargas).

Este projeto, apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro, era, então, a maior e quase exclusiva política dentro do movimento operário.

Desde Getúlio Vargas os sindicatos já tinham limites estreitos definidos por uma legislação que os atrelava ao Estado e que garantia a controle da burguesia sobre a luta operária. Mas a partir de 64, os sindicatos foram tomados, numa escala nunca vista, por uma cambada de pelegos e parasitas do novo regime que passaram a usar ostensivamente a máquina sindical em benefício próprio e para acabar de desmobilizar os trabalhadores.

As poucas oportunidades de manifestação maciça se limitavam ao calendário do sindicato oficial – companhas salariais, eleições, etc. – que abriam o espaço para um contato direto com o conjunto dos trabalhadores. Foram nestes espaços controlados pela ditadura e ocupados pelos pelegos que começaram a aparecer, para uma parcela dos trabalhadores, as propostas de luta e de organização elaboradas pelos diversos núcleos de resistências organizados em fábricas e regiões e

que, na maior parte das vezes, se articulavam nesses momentos de campanha para o enfrentamento com os pelegos.

A atuação diferenciada e os boletins próprios que surgiram nestes momentos começaram a caracterizar "o pessoal da oposição" (daí, inclusive, o nome de Oposição Sindical).

Um momento diferenciado deste movimento foi o das greves de Contagem e Osasco de 68, mas este movimento (de grande importância pelas formas organizativas que criou e pelas referências que plantou) se deu ainda sob o impulso de forças e organismos anteriores que a ditadura ainda não havia destruído completamente. O momento novo do movimento pode ter como marco decisivo a decretação do AI-5, em dezembro de 68, e que institucionalizou a repressão antes vacilante em todo o seu alcance.

Surgimento

As oposições, em seu início, representaram quase que um resultado espontâneo da luta de resistência, quando todos os canais legais estavam fechados. Mas somente ao longo de sua existência (cerca de 13 a 14 anos) é que foi elaborada uma visão e um projeto onde o processo deixa de ser espontâneo e passa a ser quase um programa, com objetivos gerais a serem alcançados, com algumas normas e princípios de ação.

Assim, num primeiro momento, lá pelo começo da década de 70, o objetivo central das oposições sindicais era o de ampliar suas forças nas

fábricas para conseguir derrubar as diretorias pelegas e reconquistar o aparelho sindical para os trabalhadores. Depois, este projeto foi evoluindo não só porque a conjuntura foi se tornando mais favorável à luta operária e ao acesso aos meios legais, mas principalmente porque houve um desenvolvimento da consciência das oposições. Compreenderam que a dominação exercida pela burguesia sobre os sindicatos era para manter mais do que um simples artifício transitório: era a principal barreira que separava os trabalhadores da formação de uma forte organização nacional, capaz de defender tanto seus interesses sindicais mais imediatos como impulsionar o combate a todo o sistema explorador.

O desenvolvimento desta ideologia não se deu sem conflitos internos nas próprias oposições e sem choque com outras tendências no movimento. Disso trataremos ao longo deste artigo. Mas vale adiantar que, mesmo com toda a amplitude "legal" conquistada pelos trabalhadores nas jornadas de São Bernardo e no resto do país, este fato só veio a reforçar a certeza de que a submissão dos trabalhadores aos limites da legalidade sindical significa a submissão ao domínio direto e indireto da burguesia. O que significa, em outras palavras, o sacrifício, a prazo, dos destinos maiores do seu movimento: a destruição do sistema capitalista e a construção do socialismo baseado no poder operário.

O.S.'s e a esquerda

Até 64, os agrupamentos políticos organizados e que tinham expressão no cenário político nacional adotavam uma política de colaboração de classes e isto era radicalmente contrário ao projeto de construir organizações independentes e autônomas dos trabalhadores. O sindicato atrelado era suficiente para efetivar as manobras políticas e os conchavos de cúpulas. As tentativas de núcleos operários ou de alguns grupos pequenos que pleiteavam e tentavam organizar os trabalhadores a partir das fábricas, não encontravam guarida em nenhuma corrente política de esquerda com expressão no cenário político.

A derrota política do reformismo e do populismo em 64 abriu um campo para o avanço das ideias e da prática de organização a partir das fábricas e que tivesse um contato efetivo com a massa trabalhadora. O avanço dessa prática, porém, se deu mais pela ausência da política reformista-populista do que pela presença de propostas elaboradas pelas correntes proletárias da esquerda. Já em outubro de 65 os operários da Cobrasma S/A conseguem o reconhecimento da Comissão de Fábrica e elaboram os estatutos mais democráticos de que temos notícias até hoje.

Em 68, enquanto os trabalhadores seguem tateando nas suas organizações de resistências dentro das fábricas e iniciam a retomada dos sindicatos das mãos dos pelegos na sua marcha espontânea, o grosso da esquerda que rompeu com o reformismo não consegue formular uma estratégia e uma tática que se apoiasse na

experiência do movimento operário nascente armando-o politicamente para enfrentar os patrões e a ditadura.

A atenção então do grosso da esquerda se voltou para o enfrentamento direto e armado da ditadura com a ilusão de que sua prática armada galvanizaria a resistência contra a ditadura e desencadearia um processo de organização de um exército revolucionário que, despertando o movimento de massas, o levaria ao poder político.

A forte repressão que atingiu o movimento armado atingiu também os núcleos avançados do movimento operário, provocando forte dispersão e isolamento dos pequenos grupos organizados nas fábricas de forma clandestina.

No processo de reaproximação dos diversos núcleos operários que sobreviveram a este processo é que se constituíram as oposições sindicais. Grande parte da esquerda pouco contribuiu, tanto por não entender o que estava se passando quanto por sofrer um isolamento imposto pelos próprios trabalhadores que ainda sentiam na pele as consequências da política de luta armada e que associavam, então, "política" com "aventura militar".

A contribuição efetiva da esquerda ao desenvolvimento inicial das oposições se deu mais através de ex-militantes do que pela intervenção organizada. No momento seguinte, a preocupação com a reestruturação e crescimento de sua influência no movimento levou os grupos de

esquerda presentes no movimento das oposições a desenvolverem várias propostas que contribuíram para o debilitamento do próprio movimento. Desde a proposta de Frente de Esquerda, que exigia o reconhecimento da representação das organizações dentro das oposições até as tentativas de "tendência organizada no movimento", que levou a criação de "Oposição Sindical Proletária", "Metalúrgicos Independentes", MUP, MDAP, etc., que invariavelmente tiveram um fim melancólico.

Com o avanço das lutas, o surgimento de "sindicatos autênticos", de articulações sindicais nacionais, a retomada de alguns sindicatos da mão da pelegada e a criação do PT, mudou a atuação da maioria absoluta dos grupos de esquerda. Até então eles haviam encontrado nas oposições o meio de estreitarem seus vínculos com o movimento operário, assim como estender sua influência e ampliar seus quadros. A partir daí, a maioria esmagadora destes grupos abandonou as oposições sindicais e passou a se dedicar aos espaços mais amplos de atuação onde suas influências e seu crescimento pareciam mais viáveis e com maiores oportunidades de expansão. As oposições sindicais teriam razão de existir mais nos períodos de eleição onde se realizariam acordos para a formação de chapas visando o afastamento dos pelegos renitentes ou para fazer composição com setores de diretorias "atrasadas".

Na maioria dos casos, prevaleceu nestes grupos uma postura absolutamente estreita para compreender as necessidades do movimento e desenvolver uma política que respeitasse os limites

da frente sindical. Os interesses partidários geralmente se sobrepunham as decisões da frente e quando o grupinho não conseguia garantir sua posição no conjunto, rompia (sem romper formalmente) o acordo e não mais aceitava as decisões do conjunto.

Estes mesmos grupos que até 78 eram "fervorosos defensores" das oposições sindicais permanentes, embalados hoje pelo fascínio da "abertura", do sindicalismo "autêntico", só veem sentido para as oposições nos períodos de eleições sindicais.

Certamente existem divergências nestes agrupamentos políticos. A sua sensibilidade para com os problemas do proletariado e da revolução varia conforme sua origem e trajetória; umas são mais sectárias e dogmáticas do que outras. Como conjunto eles representam, ainda, um impedimento ao livre desenvolvimento de uma outra ala da esquerda, a reformista, com todas as suas variantes mais ou menos radicais (PCB, PC do B, HP).

No entanto o que eles têm demonstrado em sua maioria esmagadora é a incapacidade de desvendar a questão central da luta operária e revolucionária hoje. Isto se traduz no apoio irrestrito e não crítico à linha sindical dos "autênticos" e que, trocando em miúdos, se baseia, essencialmente, na ocupação do espaço legal para o rompimento dos limites do sindicalismo.

Esta visão sobre o sindicato e o sindicalismo encontra sua contrapartida política na estratégia do

PT.

Pacto social ou enfrentamento

Os principais obstáculos do movimento operário e revolucionário no Brasil estão ainda para serem enfrentados.

O movimento operário ainda não conseguiu se livrar das amarras do atrelamento sindical e se unificar nacionalmente, nem tampouco manifesta uma expressão política de classe.

As lutas operárias de 77 a 82 estiveram confinadas, quase que exclusivamente, ao campo sindical, ao campo das reivindicações econômicas. Houve, é fato, algumas manifestações políticas com algumas greves de solidariedade ao processo contra os sindicalistas do ABC, em São Bernardo e outras manifestações que revelam avanços na consciência. Mas estes avanços estão longe de representar uma mudança significativa de qualidade. Na maior parte do país (e isto não exclui, no geral, nem São Paulo, nem o ABC) ainda existem problemas primários de organização e de luta sindical.

Os apelos à classe operária feitos em 80 e 81 para lutar contra os aspectos legais e políticos da dominação (mesmo dirigidos por Lula) não encontraram eco. E muitos acham que a saída para o impasse do movimento sindical já foi encontrada: o salto será dado via PT e as eleições parlamentares.

As articulações nacionais como a 1ª CONCLAT refletiram, em certa medida, a

necessidade do movimento operário buscar uma maior unidade para fazer frente à política e à força cada vez mais organizada dos patrões. Mas esbarram ainda na existência de uma imensa camada de sindicatos pelegos, na falta de bases organizadas do sindicato "autêntico" e na fraqueza das oposições sindicais. Não apresentam, portanto, ainda, o eixo de uma reviravolta.

No entanto, não resta dúvida que o movimento sindical evoluiu e muito. O que estamos dizendo é que a direção "autêntica" que se formou em cima do movimento espontâneo, num primeiro momento, foi o espelho do movimento, mas que no seu desdobramento, "avançou" em relação ao movimento formulando uma política que se diferenciou do movimento e cujo passo seguinte era ganhar o movimento para ela. E este salto se deu à revelia das necessidades reais do movimento e, em certa medida, contra ele quando não deu uma solução revolucionária à questão da libertação dos trabalhadores do controle burguês.

O outro lado desta questão é que os patrões e sua representação política, a ditadura militar (com maior ou menor "abertura"), evoluíram politicamente e procuram se antecipar ao movimento e evitar surpresas que possam afetar o seu domínio de classe e os seus lucros.

O crescimento do capitalismo nos últimos 10 anos criou uma classe operária volumosa, tanto no campo como na cidade, que hoje, com seus primeiros movimentos, já pede passagem. Todo projeto político atual tem que levar em alto grau de

consideração a existência desta força potencial e real. Neste sentido, a burguesia prepara-se para um novo relacionamento com a classe operária atual que, objetivamente, tem tudo para andar com seus próprios pés.

O projeto burguês da "abertura democrática" já está claro para todos. Independentemente das divergências internas dentro das classes dominantes, a "abertura" vem se afirmando. Sua característica principal é a organização da sociedade civil através da representação política de todos os seus segmentos e a definição das regras do jogo na arena parlamentar: "quebro e arrebento..." quem não seguir por aí. A verdade está sendo esta. O grau de repressão direta aos movimentos que levaram a um enfrentamento direto de massas não se alterou: prisões, processos, mortes, intervenções, cassações em sindicatos, etc. A burguesia avança decididamente para uma forma de dominação mais avançada onde a dominação se dará através dos mecanismos institucionais e da subordinação de interesses de classe a estes mecanismos e onde as armas voltarão a ser a última instância.

O surgimento do PT, que vem ganhando a simpatia em cima da necessidade histórica dos trabalhadores brasileiros de terem uma expressão política própria, enquadra-se, em boa medida, no projeto político burguês e é o candidato mais forte a assumir a representação política da maioria dos trabalhadores e a representá-los no jogo político parlamentar.

No campo sindical, as iniciativas da burguesia

representada pela equipe palaciana estão em nível de estudos (divisão dos sindicatos, pluralismo, etc). Estão também em compasso de espera aguardando a maturação do seu projeto político e as redefinições necessárias. Sua base de sustentação do movimento se dá na imbricação de pelegos/reformistas/repressão e do sindicalismo "autêntico". Por trás de tudo figuraram desde a CLT até o conjunto de leis e mecanismos de controle que foram implantados de 64 pra cá e que se mantêm com dificuldades devido ao baixo nível de concessões econômicas determinadas pela crise e pela ganância dos patrões, assim como pelas indefinições, vacilações e desorganização da corrente sindical classista em formação.

As condições para a formalização do almejado Pacto Social ainda não estão dadas. Falta ainda a estruturação política mais definitiva de vários setores da burguesia, da representação dos trabalhadores e de novas formas de controle das organizações sindicais. Já está claro que isto não será conseguido até a data das eleições de 15 de novembro próximo.

Ainda no campo sindical observam-se algumas iniciativas de setores burgueses que já adiantam algumas prováveis saídas para a questão sindical. É o caso das propostas das comissões de fábricas desenvolvidas pela Rádio Frigor de Paulo Francini, pela Volks e, por incrível que pareça, a Scania propõe para seus empregados uma comissão nos moldes da que foi criada na Ford de São Bernardo com a sua última greve.

A própria FIESP já andou propondo um projeto de "comissão de empresa" que poderia ser muito bem aceito por numerosos sindicalistas mais desavisados ou "mal-intencionados". Mesmo considerando isoladamente estes fatos de alguns setores burgueses, é uma prova cabal que a burguesia prepara-se para lidar com a classe operária em um novo momento de lutas.

Não está definido se teremos um Pacto Social ou um enfrentamento. Com certeza teremos novo ciclo de lutas generalizadas provocado pelo agravamento da crise econômica. No entanto, se as próximas lutas não contarem com a presença de uma corrente classista organizada, com definições claras e uma presença efetiva nas bases do movimento, dificilmente conseguiremos sair do impasse rompendo com o atrelamento e não caindo em novas formas de controle burguês.

Sindicalismo e política

Nas discussões atuais sempre surge a questão de que a luta sindical dos trabalhadores atingiu os seus limites e agora trata-se de desenvolver a luta política. Ouvimos também afirmações de que a questão sindical só será resolvida após a derrubada da ditadura. Consideramos que estas duas visões levam a erros fundamentais. A primeira considera que as massas trabalhadoras, desiludidas com as derrotas sofridas nas últimas lutas, estão dispostas a mobilizações de caráter político. Quais as questões políticas que mobilizaram as massas no último período? A prisão dos sindicalistas? O pacote da Previdência? As invasões de terras? A

prisão dos padres no norte do país? Os pacotes eleitorais? Vemos que, infelizmente, não existem mobilizações de setores significativos das massas trabalhadoras em torno de objetivos políticos.

A segunda visão aprofunda mais ainda o erro e leva a considerar o projeto político da "abertura democrática" como sendo a expressão do enfraquecimento da burguesia e a possibilidade de uma intervenção dos trabalhadores influenciando na modificação da forma de dominação atual e no estabelecimento de uma outra. Esta visão tem levado, invariavelmente, a uma política de conciliação de classes independentemente do radicalismo verbal que apresenta.

O problema da luta econômica (sindical) e política dos trabalhadores envolve uma antiga polêmica do movimento revolucionário. Para alguns foi resolvida com a criação do PT: como organização política de trabalhadores seria a alavanca da superação do impasse sindicalismo-política.

Para nós, esta é uma resposta falsa na medida em que é uma resposta artificial. É a injeção de uma política conciliadora no movimento operário que se omite de assumir a vanguarda da luta pela livre organização dos trabalhadores transferindo esta tarefa para a ação dos meios institucionais, notadamente o sindicato e o parlamento. E abdica de assumir uma bandeira de classe explícita e revolucionária: contra o sistema capitalista, pelo poder operário e pelo socialismo.

É um erro pensar que um partido político operário ou revolucionário possa fazer a política pela classe. Seu papel, enquanto camada consciente é de intervir nas lutas e em cima delas, defender seu programa e provar (o que vai ser verificado pela própria classe) que este programa é o mais justo e necessário. Ainda e ao mesmo tempo, seu papel é reforçar a luta e a organização dos trabalhadores no sentido de que eles possam criar seus próprios organismos de representação, de direção e de poder. Estas questões tal como são colocadas pelo PT só se prestam a confusões, negando a luta econômica dos trabalhadores em função de objetivos políticos futuros ou estabelecendo uma separação mecânica entre luta econômica e luta política.

Reconhecer que a luta sindical ainda é o eixo principal da luta dos trabalhadores não significa se omitir diante das questões políticas. Na dinâmica do movimento, lutas de caráter inicialmente econômico se transformam em lutas políticas, assim como estas podem (e devem) surgir em torno das mais variadas questões do enfrentamento de classe. Apenas que, no plano atual, a luta sindical tem sido a tônica mais constante do movimento operário.

A organização do movimento operário em partidos (um ou vários) expressa um momento superior do movimento. A propaganda e a agitação política têm um papel importante neste sentido. Mas este papel é absolutamente inofensivo (quando não pernicioso) quando aquelas se dão à revelia das necessidades e possibilidades reais de luta e

organização.

Organização nos locais de trabalho

O principal discurso das oposições sindicais sempre foi a organização de base. Hoje, esta questão é colocada por toda e qualquer força política que pretende ter alguma influência. O que precisamos esclarecer é como entendemos estes organismos, qual o seu papel e o seu caráter de divisor de águas.

No seu 1º Congresso, em 79, a OSM-SP define: "lutamos ... por um sindicato organizado pela base apoiado nas comissões de fábricas. Um sindicato democrático em que a base disponha de mecanismos de controle sobre a vida sindical, na mais ampla participação ...". "A tarefa mais importante da luta operária é: antes, durante e após a tomada dos sindicatos das mãos dos pelegos, organizar os trabalhadores nas fábricas".

No geral, é terra batida a importância genérica das organizações nos locais de trabalho: maior sensibilidade para os problemas, absorve imediatamente a vontade da maioria, representação direta e revogabilidade imediata dos mandatos, subordinação a decisões de assembleia local, etc. Estes princípios de democracia operária que devem fundamentar as organizações representativas de base e que são frutos das experiências das lutas do proletariado internacional, nem sempre são observados e nem sempre o momento conjuntural permite organismos com estas características.

O problema está em que o desenvolvimento pleno destes organismos - as comissões - só é possível com um forte movimento de massas. Nos períodos em que o movimento de massas não está presente, existe uma forte tendência dos organismos de base se tornarem apêndices das direções, principalmente quando estes organismos não conseguiram a representatividade das massas.

Outro aspecto a se destacar é a desorganização completa dos trabalhos que visam a criação dos organismos nos locais de trabalho. Este trabalho, considerado o mais importante, não tem lugar nas discussões das direções, nem se criam organismos responsáveis pelo acompanhamento organizado deste trabalho. O trabalho é espontâneo e da responsabilidade individual de cada militante, com pouca sistematização e escassas trocas de experiências. No máximo, o que algumas direções sindicais melhores fazem é facilitar os trabalhos dos militantes abrindo-lhes a máquina sindical, fornecendo-lhes infraestrutura e instrumentos.

De uma forma geral, podemos afirmar que a atuação das oposições nas diretorias sindicais ficou mais no sentido de agilizar e potencializar a ação sindical, porém sem avançar na negação da própria estrutura sindical e consequentemente reforçando a ideia do sindicato existente.

Estes organismos têm que se exercitar na prática de direção, tem que se habilitar a exercer o poder de fato. A forma concreta como isto ocorrerá só a prática e a experiência coletiva destes organismos dirão.

Sabemos das dificuldades para o desenvolvimento dos grupos nos locais de trabalho, que geralmente são clandestinos para os patrões e para a maior parte dos trabalhadores, no entanto, a experiência tem mostrado que mesmo assim já é possível uma relação efetiva entre estes organismos e o conjunto dos trabalhadores através de boletins, jornais internos, etc., mediados ou simplesmente auxiliados pela diretoria sindical ou pelas oposições sindicais.

Trata-se, portanto, de se avançar nesta experiência. Avançar para se efetivar o poder e a direção nas mãos destes organismos. Trata-se de combater TODAS as manifestações de trazer para dentro da estrutura sindical ou de submeter a ela estes organismos verdadeiramente representativos ou potencialmente representativos da vontade dos trabalhadores que são as comissões e os grupos organizados nos locais de trabalho.

Esta prática não pode ser entendida como restrita a determinadas categorias nem tampouco ver seu crescimento de forma linear. Entendemos que é preciso articular estes trabalhos entre as várias categorias de trabalhadores e com organismos com as mesmas características surgidos no movimento popular. Acreditamos que só assim será criada a força material capaz de sustentar as lutas tanto políticas como econômicas dos trabalhadores e avançar para o confronto decisivo entre capital e trabalho.

A questão essencial da ênfase na organização de base, nos locais de trabalho como ponto de

partida da estruturação do movimento, é que só com uma organização desta qualidade o movimento operário brasileiro construirá os fundamentos de uma força capaz de fazer frente tanto à luta econômica quanto à política; somente assim poderá se colocar o problema da tomada do poder aos capitalistas, o controle da produção e a construção de uma nova sociedade.

É certo que apenas a organização não é suficiente, mas sem a definição deste alicerce como básico, as outras questões da política operária e revolucionária aparecem distorcidas.

As lutas recentes do operariado brasileiro mostraram os limites da luta levada apenas nos limites estreitos do sindicato. E mostraram a potencialidade da classe em romper com estes limites criando novas formas de organização e representação: as comissões de 78, os comandos de mobilização e de greve em 79, a articulação extra sindical de operários com o movimento popular nos bairros, a criação de articulações extralegais (ANAMPOS, CONCLAT, CUT), interfábricas, Fundos de Greve, Comitês de Solidariedade, etc.

O sindicato nas mãos de um grupo imbuído destas ideias pode ser um instrumento poderoso a serviço da organização e da luta, com a condição de se colocar a serviço do movimento e não o contrário. Não é difícil, mesmo para forças de origem oposicionistas, ao tomar o sindicato, serem envolvidos pela máquina e abandonando então esta preocupação (os exemplos são vários). Isto não diminuiu a necessidade de se lutar pela conquista

dos sindicatos.

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo é um modelo para a discussão que estamos propondo. Tanto pela sua idade, pelas experiências que viveu, pelas transformações pelas quais passou e pelos erros e acertos que praticou. Também porque é a que melhor caracteriza o tipo de oposição que estamos discutindo e que foi matriz das outras.

Se o movimento hoje destaca nacionalmente o sindicalismo "autêntico" e reserva uma simpatia e uma força bem menores às oposições sindicais, isto se deve, em boa medida, às contradições, incompreensões e erros cometidos por estas oposições nos últimos anos além da oposição política e os preconceitos de que foram vítimas.

Uma análise mais detalhada das Teses do seu 1º Congresso, de março de 79, mostra ali que, apesar de atribuir à organização da base e independente dos trabalhadores um sentido e uma importância corretos, não concebia claramente o processo pelo qual se constituiria um novo sindicalismo e o próprio papel da OS se confundia com suas metas.

Este processo a levou a comportamentos contraditórios, onde ora vacilava em assumir a frente da luta (quando tinha respaldo e representatividade à greve de 78), ora vacilava em promover a organização paralela ao sindicato pelego que poderia levar o movimento a dar um passo adiante (os comandos não foram uma

experiência generalizada em todas as regiões de São Paulo). Neste momento, muitos militantes concebiam a OS ampliada como a própria expressão do movimento e não como uma força que devia impulsionar, inspirar e orientar as organizações de base e de massa sem se confundir com elas.

Como é possível fazer isso sem ser um partido? Ou melhor dizendo: como diferenciar uma oposição assim caracterizada de um partido político?

A auto definição da OS é a de ser **uma frente de trabalhadores** organizada para lutar contra a estrutura sindical e pelo sindicato livre entre outras reivindicações.

O.S.: organização necessária

O problema maior enfrentado para levar a efeito esta prática é o de organização nas condições de clandestinidade. Os grupos de fábricas para se manter precisam se resguardar das perseguições patronais, dos dedos-duros, da ação policial, etc. Têm, também, que se reproduzir e garantir sua continuidade mesmo com os golpes da rotatividade e do desemprego.

O principal objetivo do grupo organizado no local de trabalho é conseguir a unidade da luta pelo interesse de todos. Este objetivo já determina que o grupo não pode ser constituído de uma só corrente de opinião que leve suas posições. A existência de grupos partidários organizados nos locais de trabalho não só é possível como interessante para

os partidos que querem ter base organizada nos locais de trabalho. Ocorre que organismos de natureza partidária, antes de tudo representam os interesses do partido e podem ou não representar os interesses da maioria dos trabalhadores. Um grupo de empresa, de fábrica, de banco, etc. tem que estar aberto a TODAS as correntes de pensamento que respeitem as condições do trabalho clandestino, os objetivos classistas e os encaminhamentos das ações definidas pela maioria. A unidade de ação do grupo é de extrema importância, mesmo que seja definida dentro do próprio grupo pelo fato dos mecanismos de decisão da massa não poderem ser usados. A experiência tem mostrado que toda vez que uma tendência organizada rompe com a unidade de ação do grupo só resulta em prejuízo para todos, visto que este fato TAMBÉM não está sujeito aos mecanismos de decisão de massa. Porém, não devemos nem podemos entender a unidade de ação do grupo como submeter a ele as posições partidárias. A liberdade de expressão deve ser garantida e estimulada, pois não pode existir UNIDADE sem a livre manifestação das ideias. O grupo organizado deve desenvolver, ao máximo, mecanismos de consulta e de decisão das massas, mesmo nas condições do trabalho clandestino. As possibilidades de erros são maiores nestas circunstâncias, porém a experiência ensinará as formas de evitá-los ou diminuí-los. Nem sempre os encaminhamentos e as posições do grupo serão as mais avançadas, o que irritará bastante algumas tendências, porém isto é inevitável, mesmo em situações em que a massa pode se manifestar livremente.

A característica fundamental dos grupos organizados nos locais de trabalho deve ser a de FRENTE DE TRABALHADORES que lutam pela organização independente, autônoma, democrática e classista dos trabalhadores.

Foi neste sentido que a OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO definiu no seu 1º Congresso em 79: "... a oposição não é um novo sindicato, mas uma frente de sindicalistas que lutam por ele, orientando o combate dos trabalhadores no sindicato atual e nas fábricas ...". E ainda: "... o objetivo é sempre o mesmo: mobilizar, organizar e conscientizar os trabalhadores na luta por seus interesses, seja nas assembleias, nas comissões de fábrica, nas interfábricas ou nos comandos de greve. Mesmo quando as oposições participam de um organismo do sindicato, Comissão Salarial, por exemplo, o seu objetivo é criar condições para a ruptura com o atual sindicato controlado."

O caminho apontado pela OSM SP se mostra válido e atual. Uma frente de trabalhadores com posições classistas, que se organizasse em função da construção dos organismos independentes nos locais de trabalho e que exercitem a democracia operária, é o caminho da superação do impasse.

As oposições que conquistarem as diretorias de seus sindicatos não devem perder estas referências. Devem usar a máquina para aproveitar as condições materiais e políticas onde floresça com força e vigor a vontade organizada dos trabalhadores, a partir de seus locais de trabalho.

A existência de partidos políticos que buscam conquistar uma influência no movimento operário não nega a necessidade de uma frente das oposições com estas características. Considerar o inverso é considerar que existe uma liberdade sindical e política plena no país; é considerar que o operariado já está posicionado entre as tendências políticas existentes e que este posicionamento é que guia hoje a ação da classe; e considerar que o sindicato atual é a primeira e exclusiva referência dos trabalhadores.

Este alerta vale especialmente para as forças hoje presentes no PT, aquelas que reúnem melhores condições (pelas origens sindicais deste partido) de chegar aos trabalhadores. A condição é basicamente se despirem da visão gradualista e democratista da política, reconhecerem a importância da organização de base nos locais de trabalho (de fato e não apenas no discurso) e seu caráter autônomo frente às instituições burguesas e frente aos partidos. As divergências quanto a métodos, ação e objetivos (programa) serão resolvidos pelos próprios trabalhadores no seio de seus organismos de luta e representação.

